

Rio de Janeiro e São Paulo adotam passaporte que permitirá a quem está com ciclo de imunização completo conviver em ambientes fechados, mas com público, além de obter programas sociais. Ministro da Saúde, porém, é contra. Para ele, isso restringe a liberdade

Acesso livre com vacina

» MARIA EDUARDA CARDIM

À medida que a vacinação avança e que o distanciamento social, aos poucos, deixa de existir, governo cria dispositivos para que o retorno à convivência não seja, também, o caminho para os casos e mortes pelo novo coronavírus voltarem aos altíssimos patamares verificados no começo deste ano. Um deles é a adoção de um “passaporte” de imunização como exigência para liberar a entrada de pessoas em alguns ambientes. Ontem, a medida foi anunciada na cidade do Rio de Janeiro e, anteriormente, já tinha sido apresentada na capital paulista. Contrário à ideia, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, diz que a medida “restringe a liberdade dos brasileiros” e não ajuda em nada.

No Rio, a apresentação do comprovante de vacinação será necessária para locais de uso coletivo, como academia, estádios, cinemas, teatros e museus. A imunização também será condição para as pessoas que precisam fazer cirurgias eletivas na rede pública ou privada, e também para quem quer ter acesso ao Programa Cartão Família Carioca. O prefeito Eduardo Paes enxerga o passaporte de vacinação como algo necessário para a reabertura da economia e, por isso, quer incentivar a vacinação.

“Nosso objetivo é criar um ambiente difícil para aqueles que não querem se vacinar, que acham que vão se proteger sem a aplicação do imunizante e terão uma vida normal. Não terão. Vão ter dificuldades na hora de ter uma cirurgia eletiva, um programa de transferência de renda, e estarão impossibilitadas de terem lazer e trabalho sem se vacinar”, disse Paes, durante a divulgação do Boletim Epidemiológico da cidade. O Rio

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Além de poder frequentar alguns ambientes, quem tiver o passaporte da vacina não sofrerá restrições, como acesso a programas sociais

já vacina adolescentes de 17 anos sem comorbidades.

Apesar de ter avançado na imunização contra a covid-19, como outros municípios do país, 180.277 cariocas não voltaram para tomar a segunda dose. “Estamos com uma cobertura vacinal boa, mas queremos atingir a perfeição. Isso é o que vai nos permitir flexibilizar essas medidas restritivas”, ressaltou. Segundo a última atualização, 43% da população com mais de 12 anos do Rio possuem a imunização completa.

Em São Paulo, o passaporte da vacina também foi adotado, mas a apresentação do aplicativo que será utilizado para limitar a entrada em vários ambientes foi adiada por causa da falta de dados no sistema. “Gostaria de apresentar isso hoje (ontem), mas ainda nos falta a secretaria do estado liberar os dados para a gente inserir. Se não liberarem, eu vou apresentar de qualquer jeito amanhã no máximo até segunda-feira”, disse o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Ideia rejeitada

Na contramão dos gestores municipais, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse ontem que é contra a adoção de o passaporte de vacinação. A afirmação foi feita durante visita ao Rio de Janeiro, onde visitou a Clínica Renalcor, que realiza o tratamento de pacientes com doença renal crônica.

“Passaporte não ajuda em nada. O Brasil já tem um regulamento sanitário que é um dos mais

avancados do mundo. E essas matérias são matérias administrativas. O certificado de vacinação está lá, qualquer um pode pegar. E você começar a restringir a liberdade das pessoas, exigir um passaporte, carimbo, querer impor por lei uso de máscaras para multar as pessoas, somos contra isso”, disse.

Em junho, Jair Bolsonaro havia se manifestado contrariamente à exigência de vacinação para a entrada em alguns lugares. O presidente, que ainda não se vacinou contra a covid-



Carioca de 12 anos será vacinado

No mesmo dia em que começou a vacinar adolescentes de 17 anos contra a covid-19, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou o calendário de vacinação para adolescentes com 12 anos ou mais e para idosos a partir de 60 anos. Os adolescentes poderão tomar a primeira dose até 14 de setembro, enquanto aos idosos será ministrada a terceira dose — de reforço — de 1º de setembro a 30 de outubro. Só serão atendidos os idosos que tenham tomado a segunda dose, há pelo menos, seis meses e, nos 10 primeiros dias, serão atendidos apenas moradores de instituições de longa permanência, como asilos e casas de repouso.

19, já chegou a afirmar vetará caso um projeto de lei que cria um passaporte de vacinação seja aprovado na Câmara dos Deputados. A medida passou no Senado em junho.

“O povo brasileiro é livre e nós queremos que as pessoas exerçam as coisas de acordo com sua consciência. Eu uso máscara porque entendo que é importante e você também. Não é porque tem uma lei que se você não usar máscara alguém vai te multar”, salientou o ministro.

Proteção reduzida para maiores de 80

A efetividade das vacinas AstraZeneca e CoronaVac cai entre os idosos com mais de 80 anos, como revela novo estudo divulgado, ontem, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os cientistas avaliaram a eficácia dos imunizantes em 75.919.840 pessoas que receberam os fármacos no Brasil, entre 18 de janeiro e 24 de julho deste ano. Isso não significa que as vacinas sejam ineficazes contra o novo coronavírus, mas pode haver uma queda de proteção ao longo do tempo e, assim, a necessidade da dose de reforço. Os resultados podem ser determinantes para o planejamento de políticas públicas de vacinação entre os mais velhos.

A pesquisa demonstrou que

os dois imunizantes oferecem proteção contra casos moderados e graves de covid-19 causados pelas novas variantes de preocupação em circulação. Ao avaliar os dados por faixa etária, no entanto, constatou-se uma redução na proteção com o aumento da idade. De 80 a 89 anos, a AstraZeneca tem um índice de proteção contra a morte de 89%. O da CoronaVac ficou em 67,2%. Acima dos 90 anos, os índices ficaram em 65,4% e 33,6%.

Coordenado por Manoel Barral-Netto, o trabalho foi publicado em preprint na *MedRxiv*, site que distribui versões pré-publicação de artigos científicos sobre saúde. Os resultados mostram que as duas vacinas são efetivas

contra a infecção, hospitalização e óbito, considerando o esquema vacinal completo (duas doses): AstraZeneca, com 90% de proteção, e CoronaVac, com 75%.

“Já suspeitávamos da influência na idade na queda da efetividade, porque o mesmo ocorre com outras vacinas”, afirmou Barral-Netto, pesquisador da Fiocruz-Bahia. “O que fizemos foi delimitar claramente esse ponto de declínio. A intenção é fornecer dados para embasar decisões dos gestores”, observou.

Fatores

Segundo o estudo, a redução da efetividade pode estar relacionada a alguns fatores. São citados a dife-

rença das plataformas tecnológicas utilizadas em cada um dos imunizantes, a seu impacto sobre a imunogenicidade (capacidade de gerar resposta imune). Há, ainda, o processo natural de resposta imunológica menor entre os mais velhos, a imunosenescência.

De acordo com os cientistas, com disponibilidade limitada de vacinas, poder identificar com mais precisão os limites de idade em que a proteção imunológica cai é crucial para a implementação de medidas de saúde pública.

“Considerando o atual cenário no Brasil, nossas descobertas demonstram a eventual necessidade de uma dose de reforço vacinal nos indivíduos acima dos 80 anos que receberam CoronaVac e

naqueles acima de 90 anos imunizados com a AstraZeneca”, conclui o estudo.

Os resultados podem ser importantes também para outros países que utilizam essas vacinas e não têm populações tão grandes (ou facilidade de acesso dos dados) para aferir a efetividade por faixa etária.

“É uma contribuição para a saúde pública do Brasil mas também para a de outros países que não conseguem fazer esse tipo de análise”, disse Barral-Netto. O pesquisador afirmou que o monitoramento das pessoas vacinadas continua. Na próxima rodada de divulgação de resultados, ele deverá apresentar os dados das vacinas da Pfizer e da Janssen.



Já suspeitávamos da influência na idade na queda da efetividade, porque o mesmo ocorre com outras vacinas. O que fizemos foi delimitar claramente esse ponto de declínio. A intenção é fornecer dados para embasar decisões dos gestores”

Manoel Barral-Netto, coordenador do estudo da Fiocruz que analisou as vacinas da AstraZeneca e do Butantan/Sinovac

PANTANAL

Nível da água no Rio Paraguai cai velozmente

Sem conseguir enxergar mais do que poucos metros e assustada com a fumaça do incêndio que queimava as casas de ribeirinhos, Luciene Oliveira conduziu seu barco pelas margens do Rio Paraguai para tentar voltar ao Porto de Corumbá, no Pantanal sul-mato-grossense. Entre o fogo e a possibilidade de se chocar com outros barcos, a marinheira teve de lidar com o medo de encalhar em algum ponto.

“Nunca vi tão baixo assim o nível da água. Faz três anos que o Paraguai não sobe neste pedaço e foi exatamente onde pegou fogo agora”, explicou. A pior crise hídrica que atinge a região centro-sul do Brasil em 91 anos, soma-se um ritmo acelerado de focos de incêndio no Pantanal, um dos mais ricos e importantes biomas do país. Neste ano, a área queimada já ultrapassa a média histórica para o período de janeiro a agosto. Isso, antes da

chegada do mês em que os casos devem atingir seu pico: setembro.

Em 2020, o número de focos de fogo no bioma bateram todos os recordes históricos. “Os incêndios no Pantanal estão diretamente ligados ao regime de cheia dos rios. Áreas que eram alagadas periodicamente antes, agora não são mais”, diz a bióloga e secretária-executiva do Instituto do Homem Pantaneiro, Letícia Larcher. “Esses casos, agora, estão escalonando muito mais rápido”.

Mudanças visíveis

As mudanças no Paraguai são visíveis. No Porto de Corumbá, de onde partem pequenos barcos de passeio, como o de Luciene, e chalanas turísticas, além de haver reunião de pescadores locais, uma praia com trechos de até 40 metros divide a parte baixa da cidade do rio. Na margem oposta

Stuckert/Lanetphoto - 27/3/04



Antes um local para esportes aquáticos, o Rio Paraguai, hoje, está praticamente impedido de ser navegado

ao porto, o que se vê agora são os restos das casas de alguns ribeirinhos e barcos queimados. Há uma semana, um incêndio atingiu o local devastando a área. “Por milagre sobrou uma pou-

sada que estão construindo. Mas vai saber quantos animais foram mortos ali?”, indagou Letícia.

Poucos metros margem adentro, as respostas começam a surgir. Carcarás voam baixo em busca

de restos. São cobras e pequenos répteis carbonizados que se escondem sob uma camada espessa de fuligem e troncos queimados. Na quarta-feira, alguns deles, como jabutis, retirados no dia do in-

cêndio, foram soltos novamente no local pelos técnicos do Instituto do Homem Pantaneiro.

No porto, a procura por passeios também cai. Os reflexos na biodiversidade serão logo sentidos, apontam os especialistas. Por ora, jacarés, ariranhas, garças e socós retornam aos poucos. O nível baixo da água torna mais fácil ver alguns deles nas margens queimadas do Paraguai.

Os resultados de levantamento da plataforma MapBiomas deixa o problema ainda mais visível. Em 30 anos, 15,7% da superfície de água do Brasil desapareceu. Mato Grosso do Sul foi o estado mais afetado, 57% de todo o recurso hídrico foi perdido desde 1990. Essa redução ocorreu basicamente no Pantanal. No período, 75% da água do bioma sumiu.

Por quanto tempo o próprio Pantanal resistirá ainda é dúvida e preocupa tanto pesquisadores e ambientalistas quanto Luciene. “Faz poucos dias, levei um turista até perto da Bolívia. Ele só me perguntava: ‘Onde está o Pantanal?’. Não tem mais aquelas áreas alagadas, mas está aqui ainda”, explicou Letícia.